

PÁDUA, José Augusto — *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, 318 p.

Quando o pensamento político passou a ocupar-se da destruição da natureza no Brasil? Esta parece ser a indagação que animou a pesquisa, a redação da tese de doutoramento e a publicação do livro de José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*. Um estudo do pensamento político brasileiro entre 1786 e 1888, última centúria do regime de trabalho escravo na América portuguesa e no Império do Brasil. Como o pensamento político brasileiro tratou a destruição da natureza? Como crítica ambiental, tal e qual nos sugere o autor, ou crítica econômica, como também ele deixa entrever em alguns momentos nesse livro? É possível falar em uma problemática ambiental no Brasil dos séculos XVIII e XIX? Esta questão emergiu como ameaça à sobrevivência da humanidade pela acelerada e incontida degradação ambiental, observada com maior nitidez a partir da década de 1960. José Augusto Pádua incorreu, então, em anacronismo em suas análises do passado?

Não devem pairar dúvidas. Temos em mãos um livro grandioso. *Um sopro de destruição* é um trabalho investigativo de muitos méritos. Como pesquisa social? Indiscutivelmente, mas portador de fragilidades notáveis, na perspectiva do historiador, com problemas de enquadramento no foco da História. Igualmente, o livro se converte em instrumento elucidativo pelo que revela sobre as dificuldades no exercício da arte, no trabalho do historiador. Não há razão para que os historiadores não encontrem nele uma referência indispensável e uma estimulante fonte de inspiração e desdobramentos para novos estudos.

O que salta aos olhos, sem dúvida alguma, é a própria realização da pesquisa. A temática ambiental viceja, aqui e ali, na nossa historiografia passada e recente. Os meios de comunicação têm contribuído para tornar o assunto mais presente e cotidiano, traduzindo um pouco da própria realidade do mundo atual. O estudo do meio ambiente

pelos historiadores levou, há pouco, um empurrãozinho. A inclusão do tema nos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação, colocou o estudo das questões ambientais na sala de aula. Nesta não se encontram também historiadores? Como irão abordar a temática? Os historiadores estão, assim, diante de necessidades educacionais e profissionais novas. E isto é sempre bom e salutar. O livro de José Augusto Pádua é um testemunho desse incipiente estado de espírito também na historiografia brasileira.

O exame crítico de autores e obras do pensamento político brasileiro, perseguindo observações e considerações sobre a relação dos homens com a natureza e os recursos naturais no Brasil, valorizando aspectos pouco explorados ou negligenciados, conferem originalidade e singularidade ao livro. Textos de autoria de Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Manoel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Nabuco e André Rebouças, entre outros, são revirados em busca de elementos que atestem uma preocupação de cunho ambiental em cem anos de produção intelectual luso-brasileira. E os há. A documentação reunida e trabalhada é extensa, contemplando manuscritos, livros, artigos, legislação, ensaios, memórias, obras literárias, revistas, discursos, textos e documentos técnicos, relatórios, cartas, notas e fragmentos. Um levantamento meticoloso e abrangente, responsável por uma base empírica de grande alcance e relevância.

Os aspectos metodológicos guardam importantes realizações, em geral perseguidas pelos historiadores. Em primeiro lugar, Pádua promoveu uma feliz combinação das perspectivas de tempo longo, afinal foram postos em revista cem anos de reflexão crítica, e do tempo breve. Não é tarefa de menor importância e dificuldade nos estudos históricos. Muito embora, ao tratar de características de vários momentos e opiniões individuais, o autor tenha privilegiado sempre a coesão interna dos textos examinados, desequilibrando um pouco as análises do tempo curto. Segundo: ao perseguir o tratamento das temáticas ambientais no pensamento político dos autores estudados — e são numerosos — o autor identificou a persistência de uma determinada percepção das relações com a natureza na sociedade brasileira e que remonta, no mínimo, às formulações de José Bonifácio quanto aos bos-

ques e à pesca da baleia. Uma percepção que permaneceu atenta às possibilidades e meios de assegurar a perenidades das atividades econômicas de exploração e uso de determinados recursos naturais. Uma certa prontidão quanto aos estoques de minérios, plantas e animais. Desde ouro e palmito, passando pela salsaparrilha, cochonilha, copaíba e látex, até tartarugas, aves e baleias, raízes e frutas. A continuidade e a ruptura dessas preocupações respondem, em certa medida, pela própria dinâmica de exploração e uso de inúmeros recursos disponíveis, abundantes ou escassos, no mundo natural brasileiro. Por fim, a abordagem contida no livro não deixa de exercitar um valioso procedimento analítico, sempre difícil, sempre desafiador: a identificação de vínculos entre o passado e o presente, a tentativa de fazer com que o passado ilumine a compreensão do presente, tanto quanto fazer com que este também contribua para o melhor conhecimento daquele. Os riscos, aqui, são grandes pois o anacronismo pode campear e o historiador fraquejar. Lamentável armadilha a que todos os que lidam com o estudo do passado estão submetidos. E, neste ponto, acredito, o livro de Pádua sofreu alguns prejuízos. Estes emergem no bojo da interpretação que ordena o conjunto do volume.

O grande mérito do livro reside precisamente em uma interpretação que faz pensar e que estimula a reflexão sobre a questão da racionalidade econômica na extração e no uso dos recursos naturais no Brasil. Uma possibilidade de interrogação seria examinar a incompatibilidade, ou não, e até mesmo a existência de uma racionalidade na exploração dos recursos naturais nos padrões de organização e funcionamento da economia capitalista. E mais, na economia colonial e no capitalismo periférico. Não foi esta a vereda analítica de José Augusto Pádua e, sendo assim, não há motivo para prosseguir nessa vertente, bastando apontá-la aqui.

Em *Um sopro de destruição*, o autor procurou identificar elementos constitutivos de um debate ambiental no Brasil, vincado pelas inquietações econômicas. Um debate que não houve. Ou melhor, um diálogo de surdos e que não se estabeleceu. Talvez o foco pudesse ser ajustado com um questionamento de cunho propriamente econômico, em que a preocupação com o melhor aproveitamento de recursos naturais estivesse no centro das atenções. O autor trisca leve e rapida-

mente essa possibilidade, para afastar-se em seguida, quando pensa na crítica desenvolvida pelos autores estudados como sendo a dos próprios paradigmas da “modernidade”. Uma ambigüidade analítica — oscilando entre apontar uma percepção de índole fisiocrata e outra que recebeu a denominação de “crítica ambiental” — permeia *Um sopro de destruição*, com o acento recaindo sobre esse último aspecto.

A “crítica ambiental” referida no livro é, então, concebida como aquele pensamento que testemunha o conflito, aberto ou dissimulado, entre a defesa e a busca da racionalização e da tecnificação embutidas na economia capitalista, e os antigos costumes, hábitos cotidianos e formas de exploração e uso dos recursos naturais no Brasil. Sempre predatórios e perdulários, bem se sabe, e insistentemente contestados pelo pensamento político examinado pelo autor. Neste ponto, a leitura do livro de Pádua pode ser enriquecida com a *A investigação da natureza no Brasil colônia*, de Maria Elice B. Prestes.² Esta autora examinou as práticas de estudo e de aproveitamento econômico dos recursos naturais brasileiros, e outros provenientes das demais localidades do império português, à luz da rotação de perspectivas da administração portuguesa, entre o fim do século XVIII e o início do XIX. Fornece uma moldura histórica e política que os capítulos de *Um sopro de destruição* empalideceram. As questões e análises apresentadas por José Augusto Pádua ganham realce e consistência novos quando complementadas com aquelas presentes no livro de Maria Elice B. Prestes. Haveria mais aproximações, comparações e contrastes entre os dois volumes, e a curiosidade e o interesse dos estudiosos podem empreendê-los com facilidade e satisfação.

Os historiadores de copo e de vício talvez experimentem certo incômodo na leitura de *Um sopro de destruição*, em decorrência de algumas fragilidades na abordagem do passado existentes no livro. Aqui cabe um esclarecimento, sem o qual as observações a seguir tornam-se improcedentes. O livro é fruto do doutoramento do autor em Ciência Política, junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Sendo José Augusto Pádua professor no Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não haveria sentido em proclamar fronteiras. Convém apenas sublinhar que existem especificidades, das quais essas duas disciplinas são portadoras, e as-

sim compreender as feições desse livro tão instigante. Não estamos diante de uma pesquisa de historiador, *tout court*, mas de alguém interessado na política e que mantém os olhos abertos para a História. Esta postura, por si só, é meritória, algo rara: a atenção conferida à História em estudos realizados a partir de outras disciplinas nas ciências sociais. Tem, contudo, um preço.

Alguns anacronismos pontilham aqui e acolá, apesar do autor registrar consciência dos riscos de cometê-los, por exemplo, nas páginas 63 e 79, o que ressalta as dificuldades em zelar pelos procedimentos típicos do historiador. A utilização de conceitos e termos e a transposição de sentidos e conotações, inerentes a expressões como ecologia, manejo e biodiversidade, cidadania e “responsabilidade pelo espaço coletivo”, entre outros, é sempre arriscada quando referida em um passado anterior ao estabelecimento de significados e emprego dessas palavras. Igualmente, o que Marc Bloch designou como o culto ao “ídolo das origens”, comparece no livro de Pádua. Assim, por exemplo, ao referir-se a José Gregório de Moraes Navarro, na página 119: “essa contradição entre o otimismo progressista da modernidade e o pessimismo potencial da crítica ecológica, que alguns preferem chamar de ‘realismo ecológico’, continua presente no debate intelectual e na cena política do mundo contemporâneo. O *Discurso* pode ser incluído (...) nos primórdios do enfrentamento teórico de um dos dilemas básicos da humanidade atual”. O tratamento crítico das fontes e da documentação também marcou fraca presença, quando não esteve ausente, dada a insuficiência da mediação crítica na sua utilização. Em muitos momentos, os textos são apresentados como portadores de dados incontestes de realidade. No capítulo 2, por exemplo, essa conduta é visível em inúmeras passagens. Juízos de valor são encontrados ao longo dos capítulos do livro, como as referências ao necessário “preparo” para a atuação de José de Alencar, ao “uso correto dos recursos naturais” ou à “superioridade teórica da vertente abolicionista” (pp. 222, 224 e 284).

Os leitores que degustaram Eric J. Hobsbawm, por sua vez, não deixarão de salivar o gosto de uma “tradição inventada” na caracterização da “crítica ambiental” proposta pelo autor. Os conteúdos dos textos apresentados e examinados como “crítica ambiental” de viés utilitarista, despontam antes como fragmentos de reflexões sobre a política

econômica, de forte cunho utilitário e com ponderações sobre os recursos naturais. O efeito é a aparição de uma comunidade de autores de feição ambientalista e que dado, o “esforço cumulativo de reflexão” e de “crítica ambiental”, integram uma “tradição esquecida”. Esta surge como precursora do futuro e ganha vida com um sopro de criação do próprio José Augusto Pádua. A composição desse mosaico de observações e avaliações de autores, textos, idéias e opiniões em torno dos recursos naturais e da relação que a sociedade nutriu com a natureza, cumpre ainda um importante papel, igualmente presente nas “tradições inventadas”. Na avaliação de Hobsbawm, estas são também “índicios”, “indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo”. E, vale sempre lembrar, fontes de legitimação para as ações e a coesão política, tanto na pesquisa especializada quanto na arena das disputas e dos debates públicos.

Em *Um sopro de destruição*, a extensa e rica base empírica que deu suporte às análises permite que, muitas vezes, o objeto de estudo imponha-se às interpretações talhadas pelo autor. O livro fornece a contraprova do padrão de pensamento e conduta das elites políticas, econômicas e intelectuais quanto à exploração e ao uso dos recursos naturais no Brasil. Ainda nos falta, porém, conhecer e explicitar tais pensamentos e comportamentos ao longo dos séculos da vida social, colonial e nacional, brasileira. O que faz do campo de estudos da História Ambiental um espaço de trabalho extremamente fecundo e proveitoso para os historiadores. No Brasil de hoje essa abordagem torna-se, sobretudo, necessária. E, portanto, bem-vinda.

NOTAS

¹ Departamento de História – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19.806-900 – Assis/SP.

² PRESTES, M. E. B. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. SP: Annablume: FAPESP, 2000.

Resenha enviada em 02/2003. Aprovada em 03/2003